

Ministério das Finanças:

- Maria Asensio Menchero, Investigadora Principal da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público;

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

- Carla Clementina Ventura Alves Freire, Técnica Superior da Inspeção-Geral Diplomática e Consular;

Ministério da Defesa Nacional

- Ana Isabel Fernandes, Diretora de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional;

Ministério da Administração Interna

- Rui Alberto Pereira Maeiro, Diretor de Serviços da Direção de Serviços de Gestão de Recursos Organizacionais da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna;

Ministério da Economia

- João Santiago Leão Ponce Dentinho, Vogal do Conselho Diretivo do Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P.;

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

- João Manuel Santos Vieira, Diretor de Serviços do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.;

- José Carlos Silva Pereira, Diretor de Serviços da Direção-Geral de Energia e Geologia;

- Luísa Conceição Rodrigues Esmeriz, Diretora de Serviços da Direção-Geral do Território;

- Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões, Vice-Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.;

Ministério da Agricultura e do Mar:

- António Frederico Sousa Cid de Sousa Falcão, Presidente do Conselho Diretivo do Instituto da Vinha e do Vinho, I.P.;

- João Manuel Rijo da Fonseca de Sousa Falcão, Diretor-Geral da Direção-Geral de Política do Mar;

Ministério da Saúde:

- Fernando José Ramos Lopes de Almeida, Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.;

Ministério da Educação e Ciência:

- Fernando José Egídio Reis, Diretor-Geral da Direção-Geral da Educação;

- José Manuel Passos, Diretor-Geral da Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira;

- Vítor Manuel Mendes Magriço, Diretor-Geral da Direção-Geral do Ensino Superior.

4—Renovar, sob proposta da CReSAP, nas funções de peritos da bolsa de peritos da CReSAP, os seguintes trabalhadores, por ministério:

Presidência do Conselho de Ministros:

- Alda Maria das Neves Carneiro Caetano Carvalho, Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Estatística, I.P.;

- Maria Margarida Ortigão de Almeida Sampaio Ramos, Subdiretora-Geral da Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas;

Ministério das Finanças:

- António José Mata Simões, Diretor de Serviços da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público;

- Cristina Maria Augusto Ribeiro, Subinspetora-Geral da Inspeção-Geral de Finanças;

- Maria da Conceição Barradas Batista, Técnica Superior da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas;

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

- Luísa de Jesus Curvelo Pacheco, Técnica Superior da Direção-Geral dos Assuntos Europeus;

- Maria José Mesquita Lopes Carujo, Técnica Superior da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas;

Ministério da Defesa Nacional:

- Cristina Maria da Cunha Santos, Técnica Superior da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar;

- Luís de Ascensão Correia Galego, Técnico Superior da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar;

Ministério da Administração Interna:

- António José Santos Carvalho, Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;

- Manuel João Alves, Diretor de Departamento de Recursos Humanos da Polícia de Segurança Pública;

- Maria Elizabeth Afoito Ramos Leal Lopes, Técnica Superior Principal da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna;

Ministério da Justiça:

- Ana Silva Horta, Chefe da Divisão de Recursos Humanos da Direção-Geral da Política de Justiça;

- Emília da Glória Silva dos Santos, Coordenadora do Setor de Apoio Jurídico aos Recursos Humanos do Instituto dos Registos e do Notariado, I.P.;

- Luís Cecílio Vidal Gonçalves, Técnico Superior da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

- Maria do Rosário Lagarto Pereira, Diretora de Serviços de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

Ministério da Economia:

- João Rodrigo Reis Carvalho Leão, Diretor do Gabinete de Estudos e Estratégia;

Ministério da Agricultura e do Mar:

- Maria Teresa Moniz de Almada Pereira Rafael Bessa, Diretora-Geral da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos;

- Osvaldo Manuel dos Santos Ferreira, Diretor de Serviços do Gabinete de Planeamento e Políticas;

Ministério da Saúde:

- José Martins Coelho, Subinspetor-Geral da Inspeção-Geral das Atividades em Saúde;

- Paula Cristina Dias Pedro de Moura Nogueira, Técnica Superior da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde;

- Pedro Emanuel Ventura Alexandre, Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.;

Ministério da Educação e Ciência:

- Célia Maria de Viveiros e Sá e Santos, Subdiretora-Geral da Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira;

- Cláudia Fernandes Carvalho, Diretora dos Serviços de Emprego e das Relações de Trabalho da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência;

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social:

- Alice Maria Teixeira de Oliveira, Diretora do Departamento de Recursos Humanos do Instituto de Segurança Social, I.P.;

- Pedro Jorge de Almeida Ferreira, Chefe de Divisão dos Serviços de Gestão de Recursos Humanos do Gabinete de Estratégia e Planeamento.

5—Estabelecer que os currículos dos designados nos termos dos números anteriores são publicados e ficam disponíveis na página eletrónica da CReSAP (www.cresap.pt).

6—Determinar que a presente resolução produz efeitos desde 20 de maio de 2013, salvo no que respeita às designações previstas nos n.ºs 1 e 2 que produzem efeitos desde a presente data, ficando por esta forma ratificados todos os atos entretanto praticados.

21 de novembro de 2013. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

207428887

Gabinete do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares

Despacho n.º 15753/2013

Cancelamento do estatuto de utilidade pública

A Associação Teatro Construção, pessoa coletiva n.º 501290834, com sede na Rua Dr. Agostinho Fernandes, 113, Vila de Joane, obteve o estatuto de utilidade pública ao abrigo do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro por despacho do Primeiro-Ministro de 1 de abril

de 1982, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 85, de 13 de abril de 1982.

Considerando a informação n.º DAJD/269/2012 constante do processo administrativo n.º 7/VER/2012 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, no uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 6990/2013, de 21 de maio de 2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 104, de 30 de maio de 2013, e ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, determino a cessação dos efeitos da referida declaração de utilidade pública.

21 de novembro de 2013. — O Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, *Luis Maria de Barros Serra Marques Guedes*.

207428902

Despacho n.º 15754/2013

Declaração de Utilidade Pública

O GEDII – Grupo de Estudo da Doença Inflamatória Intestinal, pessoa coletiva de direito privado n.º 507685482, com sede em Almada, no Serviço de Gastroenterologia do Hospital de Garcia da Orta, vem desenvolvendo desde a data de constituição, em julho de 2006, diversas atividades destinadas a estimular o estudo científico e clínico da doença inflamatória intestinal nas manifestações intestinais e sistémicas. Trata-se de uma associação científica constituída por profissionais de saúde ligados ao estudo e tratamento da Doença Inflamatória Intestinal. A sua atividade desenvolve-se através de inúmeros trabalhos publicados em revistas científicas da especialidade, de reuniões científicas, de cursos de formação, de bolsas de investigação científica, de prémios de investigação e do patrocínio de eventos.

Coopera com a Administração, nomeadamente com a Direção-Geral da Saúde, na prossecução dos seus fins.

Por estes fundamentos, conforme exposto nas informações DAJD/687/2013 e DAJD/868/2013 do processo administrativo n.º 12/UP/2011 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, e no uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 6990/2013, de 21 de maio de 2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 104, de 30 de maio de 2013, declaro a utilidade pública do GEDII – Grupo de Estudo da Doença Inflamatória Intestinal, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de dezembro.

22 de novembro de 2013. — O Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, *Luis Maria de Barros Serra Marques Guedes*.

207428927

Secretaria-Geral

Despacho n.º 15755/2013

1 — Nos termos do disposto nas disposições conjugadas da alínea b) do n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e do n.º 4 do artigo 88.º da citada lei, na redação dada pelo artigo 37.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro e para cumprimento do estatuído na alínea d) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, na sua redação atual, faz-se público que por despacho do Secretário-Geral de 20 de novembro de 2013 foi autorizada a cessação de funções na função pública, solicitada pela própria por exoneração, da técnica superior Mestre Ana Sofia de Castro Santos Arantes e Oliveira, colocada na 6.ª posição remuneratória, nível remuneratório 31, da Tabela Remuneratória Única.

2 — O presente despacho produz efeitos a 30 de novembro de 2013.

21 de novembro de 2013. — O Secretário-Geral, *José Maria Belo de Sousa Rego*.

207428895

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

Aviso n.º 14801/2013

Nos termos do disposto na alínea c) do artigo 251.º, da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, e para os efeitos previstos no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que cessaram a relação jurídica de emprego público por motivo de aposentação, os seguintes trabalhadores:

Isabel de Carvalho Gomes de Castro, assistente técnica, posição 9, nível 14, com efeitos a 1 de julho;

José Jacinto Nobre, assistente operacional, posição 7, nível 7, com efeitos a 1 de agosto;

Manuel Prata Ferreira Gomes, coordenador técnico, entre a posição 1 e 2, entre o nível 17 e 20, com efeitos a 1 de setembro.

26 de novembro de 2013. — A Vice-Presidente, *Teresa Chaves Almeida*.

207425443

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Declaração de retificação n.º 1315/2013

Declara-se que o despacho (extrato) n.º 14039/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 213, de 4 de novembro de 2013, saiu com a seguinte inexactidão que se retifica:

Onde se lê «cessou funções neste organismo a 31 de julho de 2013 por motivo de falecimento» deve ler-se «cessou funções neste organismo a 1 de agosto de 2013 por motivo de falecimento».

7 de novembro de 2013. — O Vice-Presidente, em regime de substituição, *Rui Manuel Mourato Pires Mendes*.

207425727

Despacho (extrato) n.º 15756/2013

Por despacho de 06.11.2013, do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, Dr. António da Costa Dieb, e ao abrigo do disposto nos artigos 28.º e 29.º e seguintes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela lei n.º 34/2010 de 2 de setembro, foi autorizado o exercício de acumulação de funções privadas que consiste na gerência não remunerada de uma sociedade agrícola e projetista no âmbito do ordenamento cinético, ao Técnico Superior do mapa de pessoal da CCDRA, Carlos Alexandre de Brito Vitorino Braga.

11 de novembro 2013. — O Vice-Presidente, em regime de substituição, *Rui Mendes*.

207425313

Direção-Geral das Artes

Aviso n.º 14802/2013

Procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior do Mapa de Pessoal da Direção-Geral das Artes, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

1 — Para efeitos do disposto nos n.ºs 2 e 4 do artigo 6.º, e do artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação conferida pelas ulteriores alterações, (adiante designada por LVCR), no n.º 3 do artigo 4.º e na alínea a) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, (adiante designada por Portaria) torna-se público que por despacho do Senhor Diretor-Geral das Artes, de 18 de novembro de 2013, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicitação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, do mapa de pessoal da Direção-Geral das Artes, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2 — Para efeitos do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento na Direção-Geral das Artes e não ter sido efetuada consulta prévia à Entidade Centralizadora para a Constituição de Reserva de Recrutamento (ECCRC), por ter sido temporariamente dispensada, uma vez que ainda não foi publicitado qualquer procedimento concursal para a constituição de reservas de recrutamento.

3 — O procedimento concursal rege-se pelo disposto na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua redação atual, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro e suas alterações e ainda pela Portaria 83A/2009, de 20 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria 145-A/2011, de 6 de abril, doravante designada apenas por Portaria.

4 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove